

# Preservação digital: entre a memória e a história

**Maria de Fátima Duarte Tavares**

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ. Analista em ciência e tecnologia do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Brasília, DF – Brasil.

*E-mail:* fatimatavares@ibict.br

---

## Resumo

A temática da preservação digital emerge da própria dominância do meio eletrônico e de sua transversalidade nas práticas cotidianas e em todas as dimensões da vida. Atualmente, e diferente das demais políticas de preservação da memória, a ênfase é colocada nas tecnologias de suporte e nas suas possibilidades de reprodução indiferenciada. Duas vertentes de preservação estão em debate, a que remete ao uso das tecnologias digitais para preservar e disseminar conteúdos originariamente contidos em suportes materiais, portanto tratados como documentos, e a segunda que se reporta à profusa produção de informação digital elaborada em sistemas informatizados, em computadores pessoais ou dispositivos móveis, que será irrecuperável no futuro diante da própria obsolescência tecnológica dos meios em que a informação foi gerada. Nos dois enfoques, ressalta-se o papel das instituições públicas e privadas assegurando a preservação da memória em meios digitais, em um contexto de apropriação dispersa dos conteúdos localmente produzidos e de redefinição dos padrões, valores e ordenamentos socioculturais que no passado vinculavam memória e identidade. Observamos que os usos possíveis de informações depositadas em bases de dados de instituições de memória extrapolam as perspectivas de sua utilização restrita como documentos pertencentes ao passado, já que podem dar margem a novas interpretações e, por vezes, redirecionar processos no longo prazo.

### Palavras-chave:

Preservação digital. Memória. História. Tempo presente. Tecnologias digitais.

## Digital preservation: between memory and history

### Abstract

The digital preservation subject emerges from the very dominance of electronic media and its transversality in daily practices and in all dimensions of life. Currently,

*and differently from other memory preservation policies, emphasis is placed on supporting technologies and their possibilities of undifferentiated reproduction. Two standpoints of preservation are discussed, one referring to the use of digital technologies to preserve and disseminate content originally contained on material supports, therefore treated as documents, and the second that deals with the profuse production of digital information in computerized systems, on personal computers or mobile devices, which will be unrecoverable in the future due to the very technological obsolescence of the media in which the information was generated. In both approaches, the role of public and private institutions in ensuring the preservation of memory in digital media is emphasized, in a context of dispersed ownership of locally produced content and the redefinition of standards, values and social and cultural fabric that linked memory and identity in the past. We observe that the possible uses of information deposited in databases of memory institutions extrapolate the prospects of their restricted use as documents belonging to the past, as they may provide new interpretations and sometimes redirect long-term processes.*

### Keywords

*Digital preservation. Memory. History. Present time. Digital Technologies.*

---

## INTRODUÇÃO

A temática da preservação digital emerge da própria dominância do meio eletrônico e de sua transversalidade nas práticas cotidianas e em todas as dimensões da vida. Atualmente, e diferente das demais políticas de preservação da memória, a ênfase é colocada nas tecnologias de suporte e nas suas possibilidades de reprodução indiferenciada. Duas vertentes de preservação estão em debate, a que remete ao uso das tecnologias digitais para preservar e disseminar conteúdos originariamente contidos em suportes materiais, portanto tratados como documentos, e a segunda que se reporta à profusa produção de informação digital elaborada em sistemas informatizados, em computadores pessoais

ou dispositivos móveis, que será irrecuperável no futuro diante da própria obsolescência tecnológica dos meios em que a informação foi gerada. Nos dois enfoques, ressalta-se o papel das instituições públicas e privadas assegurando a preservação da memória em meios digitais, em um contexto de apropriação dispersa dos conteúdos localmente produzidos e de redefinição dos padrões, valores e ordenamentos socioculturais que no passado vinculavam memória e identidade.

Nos limites deste artigo, tratar-se-á da primeira vertente de preservação digital, considerando a ampliação do campo de atuação das políticas e práticas patrimoniais e sua vinculação com o reconhecimento da diversidade cultural na construção histórica da sociedade brasileira, tendo em conta as possibilidades criadas pelos meios digitais e suas implicações de acesso à documentação produzida no âmbito do Estado e de seus agentes institucionais. E na segunda vertente, enfatizam-se as relações não determinadas de novas elaborações socioculturais, em contextos de interação e multiplicidade de referências.

A preservação digital como prática institucional está ainda vinculada a experiências relativamente restritas no Brasil. A perspectiva de expansão de procedimentos e de institucionalização de políticas nesse campo envolve a estruturação em redes de arquivos, ou bibliotecas, que contribuem para disseminar as tecnologias e os serviços de suporte, promover o compartilhamento de acervos e ampliar as possibilidades de intercâmbio entre pesquisadores dedicados às mesmas temáticas (FONSECA; MARTINS, 2010). Além do interesse técnico-científico, outras questões estão associadas aos processos de reapropriação e de rememoração que emergem nesse contexto de maior facilidade do acesso às informações disponibilizadas por instituições de memória. Entretanto, se essa disponibilização dá margem ao entendimento de maior abertura institucional para o cumprimento das garantias do acesso à informação, não se pode

esquecer que a digitalização integral de acervos antigos exige recursos financeiros e longo prazo de execução, portanto, estão em foco processos seletivos da documentação a ser digitalizada e disponibilizada. Do mesmo modo se compreende que será seletiva a implantação de processos constitutivos de acervos de documentos digitais na sua origem, com a diferença de que a opção por sua temporalidade de permanência exigirá decisões de curto prazo. Nesses dois contextos, a referência ao passado registrado em documentos é sempre uma elaboração entre o descarte / preservação e o esquecimento / lembrança .

A digitalização de acervos de bibliotecas, de arquivos e de outros centros de memória tem sido frequentemente tratada como uma das estratégias de preservação documental, acompanhada do acesso a bases de dados para um público aberto. A dimensão da memória e seus nexos com a temporalidade histórica, no que se refere ao papel dos *lugares de memória*, não têm tido atenção no campo da ciência da informação em comparação com o domínio da produção historiográfica (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011). Considerando que a interação com a sociedade local ou nacional foi determinante na origem da constituição de acervos representativos para a história do país, convém observar que o seu tratamento, como legado memorial, normalmente é restituído ao tempo presente pelo trabalho de especialistas. Dessa forma, o acesso disseminado a partir de bases de dados de documentos digitalizados cria um novo cenário na relação com a sociedade local ou usuários remotos, deslocando do esquecimento séries de documentos e obras raras antes praticamente inacessíveis ao público em geral. Por outro lado, o acesso às informações que era restrito à consulta direta localizada, passa a ser possível hipoteticamente de qualquer lugar do mundo.

Tratar da temática da preservação digital remete ao reconhecimento que a sociedade faz de sua institucionalização do sentido do tempo. O contexto

contemporâneo tem sido identificado com o rompimento dos limites temporais da vida cotidiana e a apreensão distanciada do espaço tradicionalmente vinculado às referências identitárias de grupos sociais. Mas, conforme destaca Castoriadis (1982, p. 243) “a análise da sociedade é inseparável da descrição de sua temporalidade”, assim como a análise dessa sociedade “é evidentemente descrição e análise de suas instituições”.

As novas relações distribuídas e sua estruturação em redes virtuais, associando o local e o global, assumem, na perspectiva de Castells, um caráter intemporal. Esse sentido de esvaziamento do tempo corrobora também a perda de significação do lugar, como espaço social carregado de referências simbólicas e imaginárias construídas historicamente. Essa caracterização, como afirma Castells (1999, p. 517, 556) não remete à extinção da experiência local, mas às formas instituídas das novas relações de dominância econômica e social.

O tempo presente está marcado pela intensificação de fluxos de informação que assumem no cotidiano de indivíduos e instituições o caráter da instantaneidade no acesso a dados, mas a execução de ações distribuídas mundialmente, associadas a empreendimentos e empresas globais, são definidas em contextos específicos de decisão. A estruturação em rede dessas práticas, que repercutem no desenvolvimento de processos de trabalho e na sociabilidade independente da localização territorial, obedece a configurações desiguais. Note-se que os processos inovadores e decisórios dependem de contatos presenciais, como aponta Castells (1999, p. XXII - XXIII) e, portanto, são territorialmente localizados, embora não prescindam da conexão a redes globais.

A análise defendida por Castells possibilita estabelecer de imediato um paralelo com a proposição de Besser para a estratégia de preservação digital de longo prazo, constituída pela guarda de dados e conteúdos em sistema de

rede de servidores, distribuído geograficamente e considerando a articulação de pontos distantes entre si. (BESSER, 2010, p. 67) Dessa forma, se a estrutura de sistemas da preservação digital passa pela localização disseminada, do ponto de vista da vinculação originária dos conteúdos a seus contextos sociais de produção, promove-se o inverso, a sua desterritorialização.

Assim, as políticas e estratégias de preservação digital não podem prescindir do entendimento dos laços que inevitavelmente estabelecem com a história e a memória. Nas sociedades contemporâneas, comprometidas com o tempo presente, em que emerge a consciência de que a história não mais se confunde com a memória, cumpre democratizar o debate sobre as políticas e práticas institucionais de preservação dos registros digitais que se pretendem delegar às gerações futuras.

A institucionalização da preservação digital ultrapassa o aspecto da competência legal ou obrigatoriedade vinculada à gestão de arquivos públicos. No contexto da dominância das tecnologias de informação e comunicação e da contingência da produção documental em registros digitais, as instituições detentoras de acervos, com origem em contextos diversos, deparam-se com dificuldades técnicas e metodológicas de implementação de procedimentos de preservação, mas também em selecionar e sistematizar a base documental que poderá ser objeto de salvaguarda permanente. Essa dimensão de delegar ao futuro registros que identifiquem a diversidade da existência, englobando os processos de trabalho, a produção intelectual, técnico-científica, cultural ou administrativa da sociedade atual, se constitui, em paralelo, por uma relação com o passado imediato. Evidente que o problema não se restringe à busca de soluções e de suportes tecnológicos, mas depende da criação de políticas para a diversidade de arquivos, instituições de memória, ou coletividades produtoras e detentoras de conjuntos documentais digitais, segundo seus contextos e valores de referência, tendo

em vista a promoção do acesso à informação e ao conhecimento produzido socialmente (FREITAS; KNAUSS, 2009).

## O TEMPO PRESENTE, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Pierre Nora usa a metáfora da aceleração da história, caracterizada pela percepção de ruptura do equilíbrio com o passado, para assinalar o interesse crescente pelos lugares que na contemporaneidade se constituem em refúgios da memória (1984, XVII). De modo paralelo, Augé (2012, p. 35, 94) identifica o não lugar como o espaço de consumo e de fluxos que substituem para muitos os universos herdados do passado como espaços de reconhecimento.

A exacerbação das crises de sentido do tempo e do espaço prevalece diante do quadro do presente, cada vez mais saturado pela justaposição desordenada de imagens e informações originárias de qualquer ponto do mundo. As telas de meios de comunicação cotidianamente remetem muitos espectadores a reconhecerem visualmente espaços e paisagens distantes e também para a maioria fisicamente inatingíveis. Embora em sua recorrência possam tornar-se familiares, questiona-se que significação essas imagens podem assumir para indivíduos que têm seu cotidiano sobrecarregado de acontecimentos, como analisa Augé (2012, p. 34). A demanda para dar um sentido ao presente coloca-se inversamente à dimensão da construção do distanciamento do passado (AUGÉ, p. 32). Se a relação com o passado fosse ainda inscrita de forma dominante na memória coletiva, como definia Halbwachs, sacralizada no culto aos objetos, nos espaços, nos gestos, nas imagens, transmitida diretamente por indivíduos ou grupos sociais, não necessitaríamos, como explora Nora, da instituição crescente de lugares de memória. No entanto, não é por acaso que, entre os séculos XIX e XX, nos países ocidentais, as principais instituições de memória e suas redes hierarquizadas têm a questão nacional como referência para a agregação de acervos e para

a promoção de valores simbólicos vinculados à identidade nacional (NORA, 1984, p. XIX).

Os grandes ideários dominantes no século XX - entre eles o nacionalismo e o socialismo - tinham sua disseminação massiva nas práticas de comemoração e de afirmação intencional de celebração, com os seus elementos simbólicos e rituais associados. Paralelamente à desorganização desses ideários, observa-se a acentuação de uma forma de evocação da memória dependente de políticas e ações de preservação (CANDAUI, 2012, p. 162; NORA, 1984, XXVII). É nesse quadro que se compreende a instituição progressiva de lugares de memória, nos termos de Pierre Nora. Esse contexto remete a um passado já destituído das práticas (não conscientes) de sua atualização. Aqui o apagamento parcial dos registros do presente, e também o exercício sobre a herança do passado, constitui uma elaboração que já está inserida no fluxo da história (NORA, 1984, p. XIX).

A articulação entre lembrança e esquecimento impregna, em qualquer contexto, a dinâmica da instituição social da memória, que não se afirma passivamente sobre as contradições e conflitos existentes. Reconhecíveis historicamente, as demandas em torno da memória permitem situar temporal e espacialmente a extensão das práticas e representações sociais. Caberá aos historiadores do futuro decifrar e interrogar o contexto de atualização e as formas de transmissão da memória socialmente produzida em uma época identificada com a proliferação da informação em formatos digitais e globalmente disseminada em redes de contatos virtuais. Mas se é possível reconhecer que as percepções do tempo e do espaço na atualidade estão em processo de transformação, observa-se que este se nutre das práticas cotidianas cada vez mais estruturadas por relações mediadas por tecnologias de informação (CASTELLS, 1999).

Considerando a tendência de expansão dos registros digitalizados, destaca-se também a necessidade de

construção crítica do olhar sobre o documento que privilegiadamente está destinado a preservar a memória do tempo presente, tendo em conta o deslocamento quantitativo das fontes tradicionais escritas, do material iconográfico, da cartografia ou da cultura material, para conjuntos de dados sustentados em sistemas informacionais (LE GOFF, 1994, p. 549),

As próximas gerações necessitarão para o reconhecimento do seu passado do compromisso das sociedades atuais com a preservação digital da informação, considerando a expansão dos meios e dos formatos tecnológicos que já condicionam a elaboração dos documentos do presente (BESSER, 2010). Em comparação com os vestígios históricos registrados em suportes duráveis, os conteúdos informacionais digitais, para que venham a se constituir em referências de sua época, dependerão não só dos métodos de análise vinculados a saberes específicos para sua interpretação ou decodificação, mas dependerão também de estratégias continuadas que garantam a legibilidade futura de dados diante do caráter de superação acelerada das tecnologias. É nesse cenário que emerge o problema da preservação digital e sua relação com a memória e a história.

A criação de políticas e a instauração de ações disseminadas de preservação digital estabelecerão traços para reconhecimento de nossa sociedade no futuro e se vincularão, por outro lado, a visões do passado, constituindo-se assim em recursos socialmente instituídos para a preservação da memória. Nesse campo, o exercício de identificação e seleção de coleções documentais eletrônicas para preservação de médio e longo prazo é não só um exercício de poder, mas também prática instituidora de patrimonialização cultural, na medida em que, seguindo Le Goff (1994, p.545) o documento é transformado em monumento. Por outro lado, podemos acompanhar a perspectiva do mesmo autor para referenciar o problema que ele denomina revolução documental, que se dissemina com a produção crescente de novos documentos

depositados em bases de dados (LE GOFF, 1994, p.541).

### **As experiências institucionais de digitalização, o acesso e a rememoração dos registros do passado**

Instituições brasileiras detentoras de acervos relevantes para a história do Brasil têm contribuído para estruturar parâmetros e padrões necessários à incorporação de políticas de digitalização documental como estratégia de preservação. A experiência da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional e do Arquivo Público Mineiro na constituição de políticas institucionais de preservação digital envolveu tomadas de decisão sobre o que selecionar, além de escolhas quanto aos processos técnicos de transferência do analógico para o digital. Os conjuntos documentais históricos disponibilizados nos *sites* e bases de dados dessas instituições ampliam as possibilidades de acesso a qualquer interessado na história do país e facilitam a busca de fontes demandadas por especialistas.

Esse movimento pela digitalização apresenta distinções que atendem às especificidades de cada instituição quanto aos seus critérios de prioridade. A Biblioteca Nacional priorizou obras de domínio público, de maior demanda na consulta de usuários e acervos raros, para a ampliação de seu acesso. Já o Arquivo Público Mineiro em sua fase inicial priorizou coleções mais vulneráveis, documentos mais requisitados e os acervos complementares distribuídos em outros arquivos (FONSECA; MARTINS, 2010, p.74; BERTHOLDO, 2010, p.139). Em paralelo ao incremento da digitalização que abrangeu a diversidade escrita, cartográfica e iconográfica dos seus acervos, a Biblioteca Nacional implantou a *Rede da Memória Virtual Brasileira* em colaboração com instituições arquivistas, museus, bibliotecas e de guarda de acervos históricos ou culturais para transferir competências tecnológicas, orientar a sistematização de acervos e estimular troca de experiências entre pesquisadores, além

da disseminação de conteúdos em linguagem mais acessível destinado ao público não especializado (FONSECA; MARTINS, 2010, p.77).

Do ponto de vista dos *lugares de memória* – instituições arquivísticas, bibliotecas e museus –, a digitalização de acervos documentais remete a uma prática de preservação que assume também a garantia de que a reprodução não comprometa os parâmetros de comprovação da originalidade e autenticidade do documento original. Porém, o acesso ampliado pelo meio eletrônico aos conjuntos documentais depositados em instituições de referência nacional ou regional introduz outras questões sobre as possibilidades abertas ao uso social e atual dos documentos. Jacques Le Goff considerou esse processo de reinserção do documento nos fluxos da memória coletiva após o trabalho de crítica e análise dos especialistas dedicados ao estudo do passado (LE GOFF, 1994, p. 545). Entendendo-se aqui que o documento é não só o documento escrito, mas todos os tipos de registro e possíveis traços deixados pelas sociedades ao longo do tempo. Evidentemente, como explora Le Goff, (1994, p. 62-67) cabe ainda situar temporalmente a noção de documento, que também acompanha a noção de historicidade e de memória.

Relembrando que a leitura que as sociedades fazem do passado se circunscreve ao processo constitutivo da memória socialmente produzida, compreende-se que os documentos depositados em *lugares de memória* podem, em razão de demandas sociais ou coletivas, retornar a contextos e universos simbólicos do presente, mas reconfigurados em suas significações. Dessa forma, considerando as dinâmicas da história social e processos de rememoração, cumpre retomar a perspectiva de Halbwachs sobre a noção de memória coletiva, que não ultrapassa o grupo que a mantém como referência da vida cotidiana. Por outro lado, no desdobramento dessa definição, facilmente se apreende que cada indivíduo pode pertencer a distintos grupos, ou seja, pode se reconhecer imerso em diferentes memórias coletivas. Nesses termos,

nessa escala de entendimento acentua-se a distinção entre o indivíduo e a sociedade abrangente em que aquele se insere, na medida em que “a memória de uma sociedade se estende até onde pode – quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe” (HALBWACHS, 2006, p. 105). Essa percepção de diversidade das memórias constitutivas dos grupos sociais permite chegar ao caráter múltiplo da formação das identidades, incluindo aqui a identificação com o nacional.

Este problema já foi bem discutido por Eric Hobsbawm ao tratar da história dos nacionalismos e das nações na situação de pós - primeira guerra mundial:

de modo oposto às afirmações comuns, os vários princípios nos quais o apelo político de massas estava baseado – em especial o apelo de classe dos socialistas, o apelo confessional das religiões e o apelo da nacionalidade – não eram mutuamente exclusivos.

E mais adiante:

Homens e mulheres não escolhiam suas identificações como escolhiam sapatos, sabendo que se pode colocar um de cada vez. Eles tinham simultaneamente, como ainda têm, várias adesões e lealdades, entre as quais a nacionalidade, e estão simultaneamente interessados em vários aspectos da vida, e qualquer destes pode se tornar mais importante que os outros, dependendo da ocasião (HOBSBAWM, 1990, p. 146).

As situações de crise, conforme analisa Hobsbawm, são impulsionadoras de escolhas e condicionam indivíduos e grupos sociais a percorrerem trajetórias anteriormente impensadas.

No quadro atual de intensas mobilizações urbanas relacionadas às condições locais de existência e à participação em redes sociais que extrapolam as fronteiras do nacional, emergem contextos marcados por expressões múltiplas (locais e globais) e ações simultâneas temporalmente voltadas para o presente. Contudo, este cenário fica mais complexo quando paralelamente emerge o problema da exacerbação das políticas e ações patrimonialistas

nas sociedades em processo de mudança acelerada, em que pesa o sentimento de perda e esquecimento (CANDA, 2012, p.162).

### **Políticas de preservação da memória no Brasil – do monumento ao patrimônio digital**

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), como entidade responsável pela política nacional de arquivos, em 2005, proclamou a adesão do Brasil à proposição internacional da Unesco de instituir políticas e práticas institucionais de preservação de documentos digitais. A *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital: preservar para garantir o acesso*, da Unesco, está sustentada na argumentação da autenticidade e da integridade da informação, comprometidas pela rápida obsolescência tecnológica, pela dependência social da informação digital e pela vulnerabilidade dos sistemas eletrônicos no longo prazo.

Nesse ideário, que problematiza a produção de documentos digitais desde a sua origem, pode-se estabelecer um paralelo com os princípios presentes na construção originária da política de preservação do patrimônio nacional, instituída a partir de 1937, pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, em pleno Estado Novo. A história da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, autarquia federal hoje vinculada ao Ministério da Cultura, que dá continuidade ao trabalho iniciado nos anos 30, constitui o exemplo mais emblemático para o entendimento e reconhecimento de questões conceituais associadas à relação entre políticas públicas, práticas associadas à legitimação da memória e sua dinâmica histórica.

Os princípios de excepcionalidade artística e de representatividade histórica legitimaram as práticas associadas à noção de proteção que o instrumento do tombamento instituiu com o Decreto-lei nº 25 de 1937.

Um sentido de redescoberta do país esteve subjacente na investigação sobre o universo

material da cultura, desde 1937 aos anos 60. No entanto, é sobre um repertório seletivo de elementos construídos, identificados como representativos da nacionalidade, claramente concentrados temporalmente no século XVIII e nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, que se organiza e consolida o saber técnico associado às práticas de restauração e às representações do passado da nação. A prática do tombamento se associou a sistemáticas de inventário e pesquisa, que promoveram o reconhecimento histórico e artístico do país, mas com “lugares e tempos privilegiados” (FONSECA, 2005, p. 110; RUBINO, 1996, p. 97). A seleção que transmuta determinados elementos em bens culturais confere ao Estado de forma ininterrupta a responsabilidade legal por sua proteção e ao detentor a responsabilidade por sua conservação. Mas estas implicações só se efetivam após a inscrição nos *livros do tombo*. No período referido, a série barroca de obras arquitetônicas, de maior dominância no conjunto dos bens tombados, foi inscrita no Livro de Belas Artes. O reconhecimento artístico dependia do atendimento aos critérios de autenticidade e fidedignidade das fontes documentais que “atestassem seu valor enquanto documento” (FONSECA, 2005, p. 114).

Esse movimento pela preservação, direcionado a um conjunto material edificado e a artefatos móveis, organiza-se na perspectiva da identificação de referências simbólicas nacionais, qualificadas em termos do seu valor artístico ou histórico, como atribuições. Esta eleição recria simbolicamente, pela intervenção intencional de memorização, um universo de referências em detrimento de outros existentes. O conjunto tombado após três décadas de atuação do SPHAN “documenta fatos históricos, lugares hegemônicos e subalternos, mapeando não apenas o passado, mas o passado que essa geração tinha olhos para ver e, assim, deixar como legado” (RUBINO, 1996, p. 97).

A política de preservação do patrimônio histórico tem assim sua inserção na temporalidade, com

duplo movimento de sua institucionalização: a da valorização/distinção dos objetos da memória materializada e a da escrituração simbólica em *livros do tomo* (FONSECA, 2005, p. 109). Ocorre assim, a organização e sistematização dos objetos da memória, deslocados da vida social que os produziu. Essa operação, conforme ensina Le Goff, transmuta o documento, testemunho não intencional do passado, em monumento (1994, p. 546). Destacando-se que neste âmbito não se trata do monumento instaurado com a finalidade de perpetuar a memória no futuro, mas do monumento histórico, que é investido de significação após sua emergência temporal (CHOAY, 2001, p. 25).

A partir dos anos 70 e 80 do século XX, o país está em sintonia com processos mais amplos de transformação do entendimento da produção do conhecimento e do movimento pela democratização da cultura. No âmbito da Constituição Federal de 1988, o Brasil, em sua política patrimonial federal incorpora a noção de diversidade e de pluralidade dos sujeitos sociais e dos contextos culturais. Amplia-se a escala e o tratamento do problema, de patrimônio histórico em direção ao patrimônio cultural, da arquitetura monumental ao intangível das práticas tradicionais, com utilização de novos instrumentos. O decreto 3.551 / 2000 instituiu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Registro de Bens de Natureza Imaterial. Em 2010, por exemplo, o sistema agrícola tradicional do Rio Negro foi reconhecido pelo Iphan como patrimônio cultural do Brasil, com seu *Registro* no livro dos *Saberes* (EMPERAIRE, 2010). Esse processo abarca a inteligibilidade como patrimônio cultural, em período recente, da associação entre práticas agrícolas e critérios culturais, variedades cultivadas e preservação da biodiversidade agrícola por populações tradicionais ou indígenas (EMPERAIRE, 2005, p. 31). A perspectiva de um convívio simultâneo de diferentes saberes para a preservação da biodiversidade, além do conhecimento científico, envolve experiências e

relações diversas na escala espacial e na duração temporal das práticas de produção (SANTOS, 2010, p. 58-59).

Nesses termos, ampliam-se também os instrumentos legais que dão suporte a políticas de preservação e seus nexos com questões como patrimônio genético e direitos intelectuais. O acesso a conhecimentos tradicionais está configurado na Convenção sobre a Diversidade Biológica, tratado internacional de ampla adesão de 1992, e institucionalmente sujeito, no Brasil, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), entidade federal com competência para autorizar atividades de pesquisa envolvendo recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados (AZEVEDO; MOREIRA, 2005, p. 46).

Observa-se, então, que no âmbito federal, as prerrogativas da atuação institucional do Iphan têm sua própria historicidade. As práticas orientadas para a preservação de referências materiais, em escalas distintas, se reportam a uma origem no passado, mas dialogam continuamente com a temporalidade atual, dada a inserção desses elementos ou conjuntos construídos na vida urbana. Os centros históricos tombados exercem, apesar das inúmeras questões postas sobre sua relação com as transformações urbanas, um papel simbólico de centralidade. A política de patrimônio cultural recente, orientada para salvaguarda de práticas culturais tradicionais contextualizadas e socialmente identificadas com a memória viva, mesmo que residual, apresenta clara distinção em relação à conservação documental ou simbólica dos *lugares de memória* de que trata Pierre Nora (NORA, 1984). Por outro lado, os processos de reconhecimento, para efeito do *Registro* ou do *Tombamento*, além da realização de inventários de reconhecimento de bens culturais em todo o país, desde 1937, levaram à constituição de acervos documentais próprios, associados a metodologias e conceitos diferenciados, circunscritos à temporalidade de realização e às áreas técnicas de investigação.



O caráter emblemático associado às ações institucionais do Iphan remete também ao problema da relação entre a historicidade das políticas e as elaborações conceituais subjacentes, também datadas e contextualizadas (FONSECA, 2005, p.169). O reconhecimento desse processo permite situar o lugar de fala institucional, mas também o que, segundo os parâmetros adotados, é construído como objeto de memória. Assim, apreende-se ao longo dos 76 anos de instituição da política patrimonial, o deslocamento do artefato material, como obra de arte ou histórica, para o reconhecimento da historicidade dos processos de construção das tradições, identificadas com as práticas e saberes associados a contextos sociais e territoriais específicos. (FONSECA, 2005, p. 195)

Porém, o acesso aos dados e ao conhecimento relacionado às atividades de preservação cultural converge hoje para o universo digital. O conjunto de acervos documentais gerados ao longo da existência do Iphan está disponibilizado parcialmente em bancos de dados acessíveis no portal institucional na Internet.<sup>1</sup> Nesses termos, projeta-se sobre um conjunto de práticas sistematizadas ao longo de 76 anos de atuação institucional as questões que envolvem o uso do passado pelo meio eletrônico (FREITAS; KNAUSS, 2009). A publicização desses acervos constitui, enfim, um processo de disseminação da informação antes praticamente restrita à consulta direta ao documento e aos agentes da gestão, fiscalização e controle patrimonial (FONSECA, 2005, p.220). Essas bases de dados aparentemente espelham a lógica da construção institucional sobre as diversas áreas de atuação e também os parâmetros institucionais que lhes deram fundamento, mas são elaborações do presente sobre o passado institucional.

Diante dessas questões, evidencia-se o reconhecimento atual da diversidade dos processos

constitutivos da memória e das identidades, mas também a conformidade das práticas e do pensamento institucionalizado em relação aos parâmetros difundidos por organizações internacionais, em especial a Unesco e suas determinações regulatórias (FONSECA, 2005, p. 169).

Nesses termos, ressalta-se o caráter positivo da facilidade de acesso à informação a partir da instrumentalização de bases de dados sistematizadas para difundir os conjuntos documentais do Iphan. Mas a leitura histórica dessa forma de exposição deve também considerar o caráter implícito da construção política da memória, desde a dimensão unitária do nacional nos anos 30 do século passado às implicações da diversidade cultural do início do novo milênio.

## **PRESERVAÇÃO DIGITAL, DIVERSIDADE DE SABERES E AS QUESTÕES DA MEMÓRIA**

Boaventura Santos, contextualizando o longo processo de ocidentalização do mundo com a prevalência de instituições e formas de conhecimento exercidas sobre as situações de colonização, propõe novas bases epistemológicas para a demarcação dos saberes, sustentadas na aceitação da importância da simultaneidade, contemporaneidade e incompletude das diversas formas de intervenção humanas existentes.

Ninguém questiona hoje o valor geral das intervenções no real tornadas possíveis pela ciência moderna através da sua produtividade tecnológica. Mas este facto não deve impedir-nos de reconhecer outras intervenções no real tornadas possíveis por outras formas de conhecimento... é o caso da biodiversidade tornada possível por formas de conhecimento camponesas e indígenas e que, paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna. (SANTOS, 2010, p. 58)

A ênfase na diversidade local que o autor situa territorialmente nas sociedades do Hemisfério Sul, em contraposição à hegemonia do Hemisfério

<sup>1</sup> Consultar a respeito as diversas bases no endereço: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17734&retorno=paginaIphan>>

Norte, tem outro contraponto no entendimento das novas experiências culturais sustentadas em padrões e produtos culturais que se disseminam na mobilidade e na velocidade da tecnologia eletrônica. Bauman sugere que, no contexto atual da pluralidade cultural, a interferência exterior sobre as comunidades locais é indissociável da dissolução dos traços anteriores de identificação coletiva, mas as novas identidades:

não se apoiam na singularidade de suas características, mas consistem cada vez mais em formas distintas de selecionar/reciclar/rearranjar o material cultural comum a todas, ou pelo menos potencialmente disponíveis para elas (BAUMAN, 2012, p.69).

As transformações contemporâneas associam, assim, mudanças de paradigmas, inovações tecnológicas e novos processos comunicacionais e culturais que estruturam novas relações entre os contextos locais e globais. As instituições de memória têm seu papel reconfigurado nesse novo quadro. Considerando que as perspectivas de acesso remoto criadas com as novas tecnologias permitem emergir outros mecanismos de reconhecimento do passado, observa-se a necessidade de investigar os aspectos relacionados à recuperação das informações e às dinâmicas associadas de realimentação da memória coletiva nos contextos sociais e culturais vinculados à origem dos documentos.

Essa questão se torna ainda mais contundente quando as informações em bases de dados, relativas a outras temporalidades históricas, envolvem populações sujeitas à soberania do Estado-Nação, mas não integradas cultural e socialmente. Entre as situações de reapropriação de dados são significativas as que se referem às populações indígenas e suas reivindicações. São exemplares os usos de documentos digitalizados para efeito de comprovação de direitos territoriais indígenas, que foram reconhecidos pelo acesso ao portal do Museu do Índio, entidade vinculada à Funai localizada no Rio de Janeiro. Os acervos documentais do Museu do Índio, com especial referência aos iconográficos,

derivam da atuação do Estado brasileiro, com destaque para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e para a Comissão Rondon (PIQUET, 2013).

Do ponto de vista da complexidade das relações contemporâneas, não necessariamente conflitantes ou excludentes, Lucia Santaella explora a noção de “hipercomplexidade da cultura”. A temporalidade da cultura digital, na visão da autora, resulta de “seis tipos de lógicas comunicacionais e culturais: a cultura oral, a escrita, a impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cibercultura”, que convivem como formações culturais anteriores no processo de construção de uma nova formação. Cada formação historicamente desempenhou nas transformações socioculturais a que esteve associada um papel preponderante na formação de distintos perfis cognitivos (SANTAELLA, 2010 , p. 18).

Nesse campo, seguindo André Lemos, necessitamos observar o papel das tecnologias disponibilizadas em aparelhos móveis e sua potencialidade para incluir os espaços das cidades em novos fluxos de informação (LEMOS, 2011). Associar as bases de dados das instituições de memória ao universo cotidiano dos habitantes e visitantes dos centros históricos tombados é uma das alternativas para retirar do esquecimento os documentos do passado urbano. Mas, além disso, pode-se vislumbrar nas formas futuras de reapropriação dos lugares a construção também de um novo olhar para as paisagens do patrimônio histórico e cultural. A reflexão sobre o passado deve considerar a diversidade de saberes que está presente nos elementos da cultura material herdada. Christian Jacob nos induz a situar a ressignificação dos lugares, com as tecnologias da mobilidade, como prática de redescoberta dos saberes inscritos historicamente na vida cotidiana (JACOB, 2012). Associar os *lugares de memória* e os *lugares de saber* visa estruturar em novos códigos e linguagens a leitura do passado, mas também dar a conhecer as práticas e saberes inscritos no tempo presente, que podem envolver as técnicas construtivas tradicionais e seus produtores, a

elaboração técnico-científica e seus espaços de produção, as elaborações arte-mediáticas e a paisagem urbana.<sup>2</sup>

As políticas de preservação digital e a criação de repositórios digitais cumprem que papel no contexto dessas discussões? Se nesse entendimento se considerarem não só os documentos técnico-administrativos da gestão da informação institucional, os técnico-científicos, mas também as produções culturais, seriam válidas práticas normativas? Evidentemente, as elaborações técnicas e científicas obedecem a padrões que permitem sua descrição e identificação em relativa consonância com os parâmetros necessários à sistematização de dados visando sua preservação digitalizada. E considerando as bases acadêmicas, a Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o programa da Rede de Preservação Digital – Cariniana do Ibict e outras experiências para a preservação do conhecimento científico, avalia-se que nesse campo o Brasil está em sintonia com as melhores práticas. Outros parâmetros poderão ser instituídos para as novas elaborações culturais e seus espaços próprios de interlocução, tendo em vista a sua identificação e caracterização. Mas tendo em conta a análise de Santaella sobre a fluência, dinâmica e fragmentação dos novos processos interativos e de comunicação, talvez não haja do ponto de vista dos indivíduos e grupos envolvidos o interesse em políticas de patrimonialização. Resta considerar o problema no âmbito de uma pauta democrática e plural, além de se criarem as possibilidades para ações afirmativas se estas forem demandadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da preservação digital tratada como problema do presente leva à proposição de uma distinção operativa e normativa. A última diz respeito ao tratamento dos documentos eletrônicos institucionais já identificados para conservação permanente. A primeira refere-se à contingência de seleção de conteúdos originalmente digitais, *natos* digitais, pertencentes a instituições públicas e privadas, sujeitos no limiar à superação tecnológica, se não existir política institucional de preservação do documento eletrônico. A outra vertente envolve o uso das tecnologias digitais para copiar acervos documentais, pertencentes a arquivos, bibliotecas e centros de memória, tendo em vista facilitar a sua disponibilização pública e ao mesmo tempo propiciar a conservação dos originais em seus diversos suportes materiais, que ficam assim resguardados do manuseio continuado.

Observamos que os usos possíveis de informações depositadas em bases de dados de instituições de memória extrapolam as perspectivas de sua utilização restrita como documentos pertencentes ao passado, já que podem dar margem a novas interpretações e, por vezes, redirecionar processos no longo prazo.

Assim, também, se entende que a lógica normativa não parece se constituir no melhor encaminhamento para a preservação digital de conteúdos culturais. Isso não significa ignorar que em determinados contextos a guarda de registros documentais será a única fonte para delegar ao futuro experiências vividas no presente, mesmo que essa guarda seja interessada e seletivamente instituída.

<sup>2</sup> Ver a respeito das experiências brasileiras e de outros países associadas ao uso das tecnologias móveis em áreas urbanas: BEI-GUELMAN, G.; FERLA, J. la. *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Ed. Senac, 2011.

## REFERÊNCIAS

- ARELLANO, M. A. M. *Critérios para a preservação digital da informação científica*. Brasília: UnB, 2008.
- AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.
- AZEVEDO, C. M. do A; MOREIRA, T. C. A proteção dos conhecimentos tradicionais associados: desafios a enfrentar. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, p. 45–61, 2005.
- BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BEIGUELMAN, G.; FERLA, J. Ia. *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Ed. Senac, 2011.
- BERTHOLDO, F. A. R. Uma plataforma de pesquisa amplamente disponível. *Revista do arquivo público mineiro*, ano XLVI, janeiro – junho 2010. Disponível em: <[http://www3.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/rapm/rapm10\\_acervos-digitais-preservacao-da-memoria2.pdf](http://www3.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/rapm/rapm10_acervos-digitais-preservacao-da-memoria2.pdf)> Acesso em: 01 ago. 2013.
- BESSER, H. Longevidade digital. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 57–70, 2010. Disponível em: <[revistaacervo.an.gov.br](http://revistaacervo.an.gov.br)> Acesso em: 01 ago. 2013.
- BRASIL. Lei 12.527, de 18/11/2011. Regula o acesso a informações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)> Acesso em: 19 jul. 2013.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CONARQ. *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/carta.pdf>> Acesso em 18 jul. 2013.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- EMPERAIRE, L. A biodiversidade agrícola na Amazônia Brasileira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, p. 31–61, 2005.
- EMPERAIRE Laure (Org.). *Dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*, ACIMRN / IPHAN / IRD / Unicamp-CNPq, Brasília, 2010. 235 p. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2013.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.
- FONSECA, Paulo Miguel; MARTINS, Vinicius Pontes. Disseminação da cultura em meio digital. *Revista do arquivo público mineiro*, ano XLVI, janeiro – junho 2010. Disponível em: <[http://www3.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/rapm/rapm10\\_acervos-digitais-preservacao-da-memoria2.pdf](http://www3.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/rapm/rapm10_acervos-digitais-preservacao-da-memoria2.pdf)> Acesso em: 01 ago. 2013.
- FREITAS, C. R.; KNAUSS, P. Usos eletrônicos do passado: digitalização de acervos e políticas de arquivos. *Patrimônio e memória*, v.4, n.2, p 3 -16, 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/32>> Acesso em: 29 jul. 2013.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JACOB, C. Retorno aos lugares de saber. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, V. 19, n.1 e 2, p. 206 – 227, jan / dez /2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA\\_19\\_web\\_206\\_227.pdf](https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA_19_web_206_227.pdf)> Acesso em: 20 fev. 2013.

- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LEMOS, A. Cultura da mobilidade. In: BEIGUELMAN, G.; FERLA, J. la. *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Ed. Senac, 2011. p. 15 – 34.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, P. *Les lieux de mémoire*. La republicque, s.l. Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. *Liinc em Revista*, v. 7, n. 1, março, 2011. Disponível em: <[revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/416/298](http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/416/298)>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- PIQUET, R. A experiência do Museu do Índio / FUNAI na preservação digital. In: II Forum RNP: Artes, Cultura, Humanidades, Brasília: 2013. Disponível em: <<http://forum.rnp.br/programacao;jsessionid=2BEF393C257453B54FA4AB71CABFC6A5.inst2>> Acesso em: 30 ago. 2013.
- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 7-105, 1996.
- SANTAELLA, L. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? *Revista de computação e tecnologia da PUC-SP*, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/ReCET/article/download/3852/2515](http://revistas.pucsp.br/index.php/ReCET/article/download/3852/2515)> Acesso em: 22 jan. 2013.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. cap. 1, p. 31-83.